



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 17, n. 10, art. 8, p. 147-166, out. 2020

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

http://dx.doi.org/10.12819/2020.17.10.8

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



“Estuda e Entra”: Uma Análise dos Discursos Contrários às Cotas Raciais em Universidades

"Study and Get in": An Analysis of Discourses Against Racial Quotas in Universities

Jéssica de Martins Sampaio

Mestre em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal de Alfenas

E-mail: jessicamsampaio@gmail.com

Adílio Renê Almeida Miranda

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Lavras

E-mail: adilioadm@yahoo.com.br

Flávio Terra Junho

Mestre em Administração Pública pela Universidade Federal de Alfenas

E-mail: flavio_junho@hotmail.com

Endereço: Jéssica de Martins Sampaio

Rua Venezuela, 300, apto 902, Vila Pinto, Varginha. MG.
CEP: 37010-530. Brasil.

Endereço: Adílio Renê Almeida Miranda

Rua Venezuela, 300, apto 902, Vila Pinto, Varginha. MG.
CEP: 37010-530. Brasil.

Endereço: Flávio Terra Junho

Rua Venezuela, 300, apto 902, Vila Pinto, Varginha. MG.
CEP: 37010-530. Brasil.

**Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar
Rodrigues**

**Artigo recebido em 09/06/2020. Última versão
recebida em 25/06/2020. Aprovado em 26/06/2020.**

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).**

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

O debate sobre a política de cotas raciais é bastante atual. Tal política pode contribuir para diminuição de desigualdades raciais; por outro lado, pode provocar sentimento de injustiça por parte da sociedade. Nesse contexto, o presente trabalho buscou analisar os discursos contrários à política de cotas, produzidos em um vídeo divulgado em uma rede social e na sua seção de comentários. O *corpus* de análise considerou tanto os relatos do vídeo, quanto os comentários feitos por pessoas que assistiram ou não ao vídeo, mas fizeram algum comentário sobre ele ou sobre outros comentários postados na rede social sobre o vídeo. Os dados foram analisados a partir das contribuições teórico-metodológicas da Análise Crítica do Discurso (ACD). Foi possível perceber que pensamentos e discursos racistas estão ainda muito presentes na sociedade e podem se manifestar em diferentes meios, como nas redes sociais, contexto desta pesquisa. Conclui-se que o racismo, através da criação de identidades e valores negativos para negros, expressou-se nos discursos analisados, mostrando que é necessário dar continuidade à discussão e luta contra este tipo de preconceito.

Palavras-chave: Cotas. Racismo. Preconceito. Análise do Discurso. Universidade.

ABSTRACT

The debate about racial quotas policies is a very current matter. This policy may contribute to the decrease of racial inequalities; on the other side, this may cause an injustice feeling among society. In this context, the following article aimed to analyze the discourses against quotas policies, produced in a video shared on a social media platform and in its comments section. The analyze's corpus took into consideration both the video speeches and the comments about it, made by people who watched the video or not but made any kind of comment about it or other comments posted on the social media about the video. The data were analyzed by the means of the theoretical-methodological contributions from Critical Discourse Analysis (CDA). It was possible to notice that racists thoughts and discourses are still present in society and might my showed in different situations, like on social media, which is this research's context. It was possible to conclude that racism, through the creation of negative identities and values for black people, was expressed in the analyzed discourses, showing that it is necessary to keep the discussion and fight against this kind of prejudice.

Keywords: Quotas. Racismo. Prejudice. Discourse. Analysis. University.

1 INTRODUÇÃO

A utilização da diferença racial entre as pessoas como justificativa para discriminação é algo presente na sociedade brasileira há séculos. Mesmo após décadas de lutas, ainda persistem pensamentos escravocratas e racistas, que dificultam a integração do negro na sociedade, principalmente nas questões voltadas para o trabalho e educação. Além disso, as oportunidades para negros são menores em relação aos não negros.

Segundo dados do IBGE (2014), 53,6% da população do país era negra (preta ou parda), porém apenas 17,4% estavam na parcela dos mais ricos do país. Em 2016, 12,8% das pessoas negras entre 18 e 24 anos frequentavam o ensino superior, enquanto que este percentual era de 26,5% para a população branca (IBGE, 2016). Tais disparidades podem ser explicadas, em partes, pelas dificuldades enfrentadas pelos negros no momento de entrar ou permanecer na escola, como ressaltam Salvato e Souza (2008), ao indicarem que a educação é algo diretamente relacionado à renda e vice-versa.

A desigualdade vivenciada por negros se manifesta, também, nas relações sociais por meio do preconceito e discriminação. Neves e Lima (2007) observam que, nas últimas décadas, o preconceito racial no Brasil se mostrou mais velado, porém gerando consequências para os negros, justificando, assim, que a garantia de direitos básicos não é uma solução que vai direto ao problema, sendo necessária a criação de outros meios para diminuir a discriminação (NEVES; LIMA, 2007). Nesse contexto, surge a discussão acerca das ações afirmativas no Brasil, voltadas para a questão racial (DOMINGUES, 2005), as quais estão dentro do campo das Políticas Públicas de promoção da igualdade racial. Tal discussão engloba, dentre vários outros temas, o preconceito e a discriminação racial nos meios políticos e acadêmicos.

Na perspectiva de tentar minimizar as desigualdades históricas e promover a igualdade racial, cria-se um mecanismo de ação afirmativa, que são as cotas raciais, principalmente no meio acadêmico, político e no mercado de trabalho (DOMINGUES, 2005).

Considerando um histórico de 10 anos desde a adoção de cotas por parte de algumas universidades brasileiras, foi somente em 29 de agosto de 2012 que foi instituída a Lei nº 12.711 (BRASIL, 2012). Assim, apesar de as cotas serem um assunto fundamentado em uma discussão sobre desigualdades históricas, tomaram força no Brasil apenas no início do século XXI. Mas o debate sobre a política de cotas ainda é construído por pontos de vista diferentes, muitas vezes opostos.

A negação da necessidade da existência de cotas ainda é muito presente na sociedade brasileira, como apontam Neves e Lima (2007), ao realizarem pesquisas em universidades, que tiveram como resultado maior quantidade de pessoas que não apoiavam as cotas; e, Camino et al. (2014), ao analisarem os repertórios discursivos de estudantes universitários sobre cotas, identificaram forte oposição às cotas.

Não restrito ao âmbito acadêmico, tais discursos estão em diferentes âmbitos da sociedade, como as redes sociais que, de maneira geral, possibilitam a manifestação de vários discursos e permitindo o anonimato, gerando um ambiente propício à disseminação de discursos, muitas vezes não aceitos socialmente, como manifestações de racismo.

Nesse contexto, o presente trabalho buscou analisar os discursos contrários à política de cotas, produzidos em um vídeo divulgado em uma rede social, e os respectivos comentários sobre ele. A escolha dos comentários contrários apoia-se na noção de que o racismo é manifestado, na maioria das vezes, em situações onde existem ações que beneficiam um grupo historicamente dominado e excluído (GUIMARÃES, 2004).

A relevância da discussão apresentada no vídeo está no fato de que, segundo dados da FUVEST (2015), em 2015, 2089 negros se matricularam na USP, representando 17,43% de todos os alunos matriculados, um número ainda baixo, considerando-se que mais metade da população brasileira é negra. Além dessa discussão eminente, o conteúdo do vídeo, devido à polêmica gerada e à proporção do número de visualizações (mais de meio milhão até março de 2015), também foi objeto de uma matéria do jornal “O Globo”¹, de 20 de março de 2015.

Considerando a importância do material e buscando atingir aos objetivos propostos, foram selecionados cerca de dois mil comentários, além das falas do vídeo. Posteriormente, tais falas e comentários foram filtrados segundo sua relevância, categorizados de acordo com os argumentos contrários às cotas, mais recorrentes. Após este processo, houve a organização e análise do *corpus*. Por fim, têm-se as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 As relações raciais no Brasil

O conceito de raça contorna diversos significados nas pesquisas ligadas à área de cultura e sociedade, porém sabe-se que a construção social da raça gira em torno da classificação entre branco, negro e amarelo (CONCEIÇÃO, 2009). Sob esta construção existem considerações culturais usadas como meios de classificação social e como

justificativa para atitudes negativas por parte de grupos dominantes (SCHWARCZ, 2011). No Brasil, esta diferença entre raças foi usada como justificativa para diversas opressões que se iniciariam no período colonial, como a apropriação, por parte dos brancos europeus, do trabalho de escravos negros africanos, resultando em uma separação entre negros e brancos, que coloca os segundos como superiores e dominantes (GOMES E ROSA, 2008). Segundo Ortegal (2018) e Guimarães (2016), negros e indígenas foram classificados a partir da visão do homem branco europeu de forma racializada, inclusive, como não humanos.

Esse processo resultou na construção social de um padrão que tratava o negro como pertencente a uma “categoria racial inferior, podendo, por essa razão, inclusive, pesar negativamente sobre o futuro do país” (CONCEIÇÃO, 2009, p. 4). Vários movimentos tentavam combater essa desigualdade, porém o sentido da luta foi subvertido pelo grupo dominante citado anteriormente, que passou a argumentar que este movimento buscava a separação entre os brasileiros, sendo assim, o causador do racismo (GOMES; ROSA, 2008).

Os argumentos deste grupo dominante são frutos da construção discursiva que se faz em cima da questão da raça e dão significado às manifestações de preconceito e racismo (LOPES, 2006). Dentro da construção discursiva da raça, estão os aspectos sociais que tendem a definir o que é negro, branco, índio, entre outros (NASCIMENTO *et al.*, 2015), construindo, assim, identidades sociais (LOPES, 2006), como as pautadas na ideia de que o negro é pertencente a uma classe social menos detentora de conhecimento. Nascimento *et al.* (2015) argumentam que estas construções discursivas da raça, quando colocadas em discussão, refletem também várias formas de poder e dominação presentes na sociedade, baseadas no racismo e preconceito.

O racismo, que é algo presente na mente de algumas pessoas e precedente da discriminação racial (que é a prática do racismo em si), está inserido na dinâmica da democracia racial, que, para DaMatta (1986), seria uma maneira mais fácil de esconder a realidade de uma sociedade hierarquizada, que se mantém por meio de critérios de classificação baseados na raça, na posse de dinheiro, na aparência física, pelos pais e nome da família, dentre outros, ou, como evidenciado por Gomes e Rosa (2008, p. 89), seria a “máscara da discriminação racial brasileira”. Uma das justificativas apresentadas diante do mito da democracia racial é a negação da existência de racismo na sociedade brasileira, pensamento compartilhado pelos que afirmam que as últimas evidências de racismo no país pertencem ao período de escravidão (SCHWARCZ, 2011), evidenciando que o racismo, quando não é negada a sua existência, não é enxergado como algo grave ou que merece mais atenção (SCHWARCZ, 2011).

Para que isso seja desagregado aos poucos da sociedade, são necessários processos que deslegitimem as relações hierárquicas baseadas na raça, entretanto há uma dificuldade inicial, que é a percepção de que o racismo existe e é manifestado de diversas formas (JESUS, 2012).

2.2 Discriminação, preconceito e suas manifestações

A discriminação é um fator decorrente das relações de poder e dominação de um grupo sobre outro, onde o dominado é considerado inferior, influenciado por diversos fatores sociais, culturais e subjetivos (MONTEIRO *et al.*, 2014). É necessário colocar que, juntamente à discriminação, existe o preconceito que é o alicerce para as atitudes discriminatórias. O preconceito é um pensamento negativo sobre algo ou alguém baseado em aspectos físicos, psicológicos, étnicos e culturais, e que, quando colocado em prática, se torna a discriminação, caracterizada como sendo as ações de um indivíduo quando se depara com outro indivíduo ou um grupo desconhecido (MACHADO, 2008).

Dentre as diversas faces do preconceito, há o racial, que, segundo Almeida (2018), relaciona-se ao fato da atribuição de um juízo que tem como alicerce os estereótipos acerca dos indivíduos que pertencem a determinado grupo racializado.

Nogueira (2006), nesta questão, caracteriza o preconceito racial não somente como o pensamento, mas também como a ação, que, neste caso, se torna sinônimo de discriminação. Nas relações em que há manifestação do preconceito que tange a questão da raça, Guimarães (2004) indica que o preconceito envolve, por parte do grupo praticante, um sentimento de superioridade sobre o discriminado, além de supor que este não é merecedor dos mesmos direitos políticos e sociais. Este sentimento é construído por noções de raça biológica e espaços naturais de negros. Schwarcz (2012) comenta que, no século XIX, difundiu-se uma crença de que negros eram biologicamente diferentes, sendo caracterizados como preguiçosos, criminosos, imorais e burros, que deveriam ocupar espaços coerentes com tais características. Além disso, não estariam ligados a espaços como teatros, escolas e até mesmo ao convívio geral com brancos (SANSONE, 1996; ROSA, 2014).

O grupo praticante do racismo na sociedade contemporânea, segundo Schwarcz (2011), está inserido em um novo sistema de hierarquia típica de sociedades aparentemente igualitárias. Esta hierarquia diz respeito à manutenção de discursos de igualdade por parte de diversos atores da sociedade, porém a hierarquia de classes e, conseqüentemente, de raças permanece juntamente com um preconceito mais velado, preconceito este que envolve

também questões relacionadas não só à raça, mas ao gênero, como a ideia de que as mulheres negras ainda devem atender aos interesses masculinos (TEIXEIRA *et al.*, 2014).

A modernidade trouxe consigo adaptações dos modelos de preconceito passados, dado que o preconceito aberto e amplamente disseminado antigamente tornou-se algo cada vez mais rejeitado pela sociedade, porém isto não impediu que ele se manifestasse de outras formas (CRANDALL; ESHLEMAN, 2003), sendo necessários novos mecanismos para identificar e entender a profundidade do racismo contemporâneo (PEARSON *et al.*, 2009). Muitas manifestações de preconceito são caracterizadas pela intimidação, inferiorização, estereotipação ou exclusão do negro em diálogos casuais e situações cotidianas, de maneira a não ser identificado como tal (VAN DIJK, 1993).

Uma das características mais comuns do preconceito é a justificação antes da ocorrência, por meio da utilização de pressupostos posteriores à fala como a estereotipação, na tentativa de que aquela discriminação seja previamente legitimada por alguma argumentação (CRANDALL; ESHLEMAN, 2003). Dentro desse modelo de justificação do preconceito, a discriminação racial aparece apoiada em fatos que tentam responsabilizar a vítima pela situação em que se encontra como, por exemplo, dizer que um negro tem diversas oportunidades de entrar no mercado de trabalho, não entra porque não quer. Esse argumento é comentado por Crandall e Eshleman (2003) quando propõem um “*justification-suppression model*”, o qual sugere que a discriminação, atualmente, é caracterizada por um processo de negação e justificação do preconceito, em que os indivíduos preconceituosos negam ter este tipo de pensamento e/ou utilizam algum argumento para justificar alguma opinião preconceituosa na tentativa de validar o preconceito. Estas atitudes podem se manifestar juntamente com a inversão de papéis quando pessoas tentam combater atitudes racistas e são acusadas de intolerantes por acusarem “injustamente” cidadãos de bem que desejam somente expressar seu ponto de vista (VAN DIJK, 1992).

Van Dijk (1993) analisa textos que englobam estas características e observa que na narrativa são enfatizados fatores que contribuem para criar uma visão negativa sobre minorias enquanto as maiorias são colocadas como vítimas dessas minorias, como quando os negros são relacionados diretamente à criminalidade. A relação entre negro e criminalidade é uma dentre as várias formas de estereotipação, as quais colocam o negro também como preguiçoso, imoral, desprovido de inteligência, entre outros (SCHWARCZ, 2012).

A compreensão das manifestações de preconceito se apoia na necessidade de conceber como se dão as desigualdades raciais na sociedade para que o tema não sofra uma “contaminação moral e ideológica, como se estes estudos pudessem ser reduzidos a dados

estatísticos a munir o ativismo e as políticas sociais” (GUIMARÃES, 2004, p. 28), ou seja, é necessário ir além de dados quantitativos para compreender o preconceito na sociedade atual, considerando todos os aspectos históricos e subjetivos presentes nessas manifestações. Assim, o preconceito racial, em função do seu viés sutil, precisa ser compreendido como algo que impacta as relações sociais e contribui para a perpetuidade de atitudes de desconfiança entre grupos distintos (PEARSON *et al.*, 2009).

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza qualitativa. O tratamento dos dados amparou-se por uma abordagem interpretativa. Por meio da análise qualitativa, como ressaltado por Godoy (1995), também é possível entender qual é a visão dos fenômenos pela perspectiva das pessoas inseridas na situação estudada e compreender de maneira aprofundada o contexto em que se desenvolve o fenômeno (NEVES, 1996). Esta pesquisa tem como objeto de estudo um vídeo publicado na internet. A escolha do contexto da internet se dá pelo fato de que este é um dos espaços onde os valores dos indivíduos se reproduzem dentro de áreas de privacidade, facilitando a troca de visões entre as pessoas, possibilitando a manifestação de valores e sentidos.

Nesse meio, as manifestações são feitas por pessoas que estão distantes fisicamente dos eventuais receptores, fazendo com que haja uma sensação falsa de anonimato (NETO; ANGELUCI, 2013). Tal sensação contribui para que os indivíduos que navegam nesta rede sintam uma liberdade maior para expor o que realmente pensam e sentem sobre diversos assuntos (NETO; ANGELUCI, 2013), opiniões, muitas vezes, repreendidas no meio social, por serem de caráter discriminatório.

Os dados foram coletados em um vídeo postado na rede social YouTube, no endereço (<https://www.youtube.com/watch?v=P0qAvA8tDOc>), intitulado “A intolerância do ‘movimento negro’ na USP”, filmado por um estudante da Universidade de São Paulo (USP), dentro de uma sala de aula onde alguns alunos, devido a uma intervenção de terceiro, iniciam um debate sobre a importância da discussão da entrada de negros nas universidades, o que acarreta uma manifestação por parte de alunos contrários às cotas.

O *corpus* de análise considerou tanto os relatos do vídeo, quanto os comentários, feitos por pessoas que assistiram ou não ao vídeo, mas fizeram algum comentário sobre ele ou sobre outros comentários postados na rede social sobre o vídeo. Em relação aos comentários, foram coletados entre o dia 16 de março de 2015 (data da postagem do vídeo) até às 16h do dia 23

de março de 2015, totalizando aproximadamente 2.000 comentários. Decidiu-se por fazer um recorte temporal dos comentários sobre o vídeo porque não há limitação quanto à possibilidade de inserção de comentários, assim, todos os dias novos comentários eram inseridos. Com o intuito de caracterizar os comentários que serão apresentados, optou-se por classificá-los em “vídeo”, quando se referem aos fragmentos que constituem o *corpus* do vídeo; e, “comentários”, quando se referem aos fragmentos que constituem o *corpus* dos comentários feitos sobre o vídeo.

Os dados foram analisados a partir das contribuições teórico-metodológicas da Análise Crítica do Discurso (ACD), principalmente as de Teun Adrianus van Dijk. A opção pela escolha deste autor da ACD ocorreu pelo fato de ele ter escrito vários trabalhos abordando a questão racial. A ACD possibilita que textos e falas sejam estudados a fim de investigar quais são as bases sociais e políticas de um discurso (VAN DIJK, 1995). A escolha desta abordagem está relacionada ao fato de que a Análise Crítica de Discurso interpreta a relação entre o discurso e a sociedade, e porque, por meio dela, é possível tornar explícitas as percepções de maiorias sobre minorias analisando o conteúdo de seus textos e falas (VAN DIJK, 1993).

Van Dijk (1995) afirma que a ACD foca, especialmente, em como são reproduzidas as relações de poder, desigualdade e dominação entre grupos, por meio do texto e da fala, como, por exemplo, as estratégias de discursos de maiorias (em um sentido social, e não numérico) para exercerem algum tipo de poder político ou social sobre minorias. Em tal situação, a fala e o texto são os meios utilizados para expressar os pensamentos desta maioria que, por sua vez, reproduz discursos, muitas vezes, preconceituosos e excludentes, a fim de descaracterizar problemas sociais.

A ACD, além de oferecer aparato teórico para compreensão do racismo e preconceito racial presentes nos discursos, apresenta também ferramentas para análise das estruturas de linguagem, como as análises lexicais (VAN DIJK, 1992), mais usadas neste trabalho.

Por haver muitos comentários no vídeo selecionado, inicialmente procede-se a uma pré-análise, ou seja, buscou-se selecionar apenas os comentários que seriam mais relevantes para a pesquisa. Em seguida, foi feita a análise lexical e semântica mais aprofundada na qual os comentários mais significativos e que contribuiriam para a pesquisa foram agrupados em categorias de análise, que emergiram a partir do estudo do *corpus*, as quais serão apresentadas a seguir.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 O “lugar” dos negros e sua estereotipação

A sociedade brasileira foi construída a partir de uma mistura de diferentes povos e culturas. Entretanto, desde a escravidão, a estereotipação de negros esteve presente na história, sendo ela direcionada tanto para características individuais, quanto para o ambiente socialmente construído como sendo de negros. As noções de raça biológica e “lugar” de negros, discutidos por Schwarcz (2012) e Rosa (2014), apesar de questionadas por diversos estudos no decorrer do século XX e XXI, ainda permanecem no imaginário social brasileiro e estão presentes também em vários discursos analisados, como a seguir:

“Não podem chegar, interromper nossa aula pra eles falarem.”
(Homem 1, vídeo)

As seleções lexicais “nossa aula” e “para eles falarem” reforça que existe essa separação de espaços, de lugares, remetendo a uma reflexão de Ribeiro (1995), a manutenção de classes dominantes para manutenção das classes oprimidas, ou seja, o negro deve permanecer na condição de subordinado às outras pessoas, além de ter seu direito de fala reprimido, nesse sentido, “eles”, no caso, os negros, não têm o direito de falar no “nosso” espaço, dos brancos. De outro modo, outro fragmento contribui para esse debate:

“[...] quer negros? vai pro Olodum [...]” (Homem 9, comentários)

A frase “filha quer negros? Vai pro Olodum” remete ao pensamento de que o negro deve ir para o Olodum, um espaço da música no qual, segundo Sansone (1996) e Rosa (2014) seria um “espaço negro”, ou seja, um espaço em que ser negro seria uma vantagem, pois a cultura negra é a base das atividades desenvolvidas. Mas, em oposição ao “espaço negro”, estaria a “área dura”, caracterizada pelo mercado de trabalho (em especial, posições de maior destaque e poder), que possuiria forte relação com o ensino superior, que seria um “espaço” historicamente e socialmente construído como de brancos. Os “espaços de negros” também são tratados como lugares dos escravos, conforme comentários:

“[...] abriram a porta da senzala, agora aguenta” (Homem 21,
comentários)

A relação estabelecida entre negros e o espaço da “senzala”, conjugada com a seleção lexical “agora aguenta”, revela o incômodo que a inserção de negros na universidade (em decorrência de processos históricos e atuais de luta pela promoção da igualdade racial) pode estar trazendo. Nesse sentido, são atribuídos valores e percepções negativas e de inferioridade a negros, que se sustentam a partir de estereótipos sociais. Os comentários a seguir apresentam alguns desses estereótipos.

Relacionar a desordem com os negros é algo que transpassa o nível coletivo e se coloca também no plano individual, onde os negros são caracterizados como pessoas com atitudes negativas específicas:

“[...] os meus coleguinhas de classe, negros (maioria na escola pública), tavam fazendo o que? Fumando maconha pra caralho, indo em baile funk, qualquer coisa, menos estudando” (Homem 5, comentários)

Nesses fragmentos percebe-se que o principal ponto destacado é a atribuição ao negro de traços negativos formando uma visão estereotipada por meio do estabelecimento de relação entre o negro e futebol, funk, uso de drogas ou outras atividades não acadêmicas. A isenção de responsabilidade sobre a situação dos negros também está presente por meio da culpabilização deles por sua própria situação. Estas relações são resquícios de um passado não muito distante na qual se defendia a ideia de que negros são biologicamente inferiores, como ressaltado por Schwarcz (2012).

4.2 O racismo e a violência

O contexto do racismo, na maioria das vezes, traz consigo visões estereotipadas de negros, as quais atribuem a eles características negativas. Schwarcz (2012) afirma que, desde sempre, na sociedade brasileira, houve a ideia de que negros são pessoas inferiores, sexualizadas, burras, sujas e, às vezes, até comparadas aos animais. Atualmente, apesar de menos manifestado no ambiente público, como consequência de leis que criminalizam o racismo e do crescimento da não aceitação desse tipo de discurso por vários grupos (SCHWARCZ, 2012), este pensamento continua a existir.

Este posicionamento acerca dos negros foi repetido em diversos comentários, trazendo à tona pensamentos que remetem à escravidão:

“[...] pra cada preto que entra pra faculdade, a gente limpa os pés em 100 pretos. Vocês podem estudar, mas irão ser capachos melhores no máximo.” (Mulher 1, comentários)

“Mais estudo pros pretos significa mais limpeza pro meu capacho” (Mulher 2, comentários)

A maneira como o racismo se revela está diretamente relacionada ao que foi levantado por Crandall e Eshleman (2003), quando os autores dizem que, em situações de *stress* ou raiva, as pessoas expressam seu preconceito de maneira pura. Neste caso, a Mulher 1 do comentário demonstra revolta com a questão das cotas, o que, conseqüentemente, faz com que ela expresse de maneira explícita o racismo, colocando o negro como algo que serve somente para limpar os pés. Além disso, ambos os comentários “a gente limpa os pés em 100 pretos” e “mais estudo pros pretos significa mais limpeza pro meu capacho” mostram uma manifestação violenta sobre o aumento de negros nas universidades, sendo esta violência expressa na perspectiva de humilhação e diminuição dos negros, colocando-os como um objeto a ser pisado e sujo. Isso indica uma relação de servidão, característica da escravidão, ocorre a subordinação de negros aos brancos, ou seja, o lugar de negros está circunscrito a espaços, lugares e posições de subalternidade e submissão (GUIMARÃES, 2004). Em outros comentários, percebe-se a violência na perspectiva de agressão física e caracterização dos negros como animais:

“Chama o Ibama que os macacos invadiram a facul” (Homem 18, comentários)

“10 Chibatadas no tronco e tá tudo certo” (Homem 25, comentários)

Os fragmentos que caracterizam os negros como macacos ou que afirmam que “10 chibatadas no tronco e tá tudo certo” trazem à tona a permanência de uma visão de inferiorização do negro como ser humano, retomando o conceito, já contestado, de raça como a indicação de que os negros são biologicamente inferiores aos brancos, merecendo, assim, menos diálogo ou compreensão (GUIMARÃES, 2004; SCHWARCZ, 2012). Outra dimensão da violência contra negros ocorreu por meio da relação com a repressão policial, conforme fragmento:

Dando continuidade aos relatos explicitamente racistas, ocorreram também comentários com teor sexista quando se tratava da interação de comentaristas do vídeo com mulheres que apoiavam as cotas para negros em universidades:

“[em resposta a uma mulher negra que comentou a favor das cotas] manda uns nudes ai e fica de boa e para de falar merda” (Homem 14, comentários)

“Vai estudar vagabunda cotista. hora de manifestar não é interrompendo aula de quem estudou” (Homem 15)

A solicitação de “nudes” (fotos nuas) da mulher negra seguida de um “fica de boa e para de falar merda” retrata o machismo e opressão sobre a mulher que tenta se manifestar, fazendo uma relação entre negras e servidão, que acompanha as mulheres negras desde o início da escravidão, em que as escravas serviam também de objeto sexual para seus senhores (TEIXEIRA, CARRIERI E MAFRA, 2014). A junção das palavras “vagabunda” e “cotista” mostra que o machismo e racismo andam juntos, pois os indivíduos que comentam, muitas vezes, abordam os dois temas em uma mesma sentença.

4.3 “Estuda e entra”: a falácia da meritocracia

A meritocracia é um conceito que está presente nos ambientes que envolvem processos seletivos e conquistas pessoais, porém se mostra mais presente e mais discutida quando se trata de ações afirmativas, visto que há a crença, por uma parte da sociedade, de que estas ações ferem o conceito de justiça (CAMINO et al., 2014). O argumento seria o de que quem ingressa em uma universidade por meio das cotas se dedicou menos e é “menos merecedor” das vagas, comparando-se aos não-cotistas.

Observou-se a manifestação dessa concepção em vários trechos logo no início da discussão do vídeo. O autor do vídeo, homem branco, se expressa em tom baixo e sutil:

“Estuda aí, *champs*.[...] Eu quero ter aula, *velho*, estuda e entra, *velho*. Estuda e entra aqui na universidade, ninguém *tá* impedindo.” (Homem 1, vídeo)

Nesse fragmento é possível observar que o enunciador se posiciona contra as cotas e, de maneira sátira, apresenta um descaso com a questão. Evidencia, também, o não reconhecimento da importância da discussão sobre racismo e das desigualdades históricas. Dois elementos da ACD podem ser observados: a isenção de responsabilidade (o negro é

responsável pela sua própria entrada) e contraste (nós estamos aqui porque nós estudamos) (Van Dijk, 1992).

Além disso, parte da perspectiva de que todos têm as mesmas oportunidades de estudar, conforme expressões “estuda e entra” e “ninguém tá impedindo”, reduzindo somente à vontade própria deles (negros) as chances de entrar em uma universidade ou não. Este posicionamento é caracterizado pelo que Crandall e Eshleman (2003) denominam como atribuições do preconceito.

Nesse sentido, a vontade própria do negro define o seu sucesso ou fracasso, portanto o baixo número de negros nas universidades é culpa deles mesmos. Retomando o fragmento, observa-se que o enunciador supõe que somente a existência de um processo de seleção igual para todos os candidatos seria suficiente, o que pressupõe a ideia da meritocracia, ou melhor, da falácia da meritocracia, visto que a ideia de meritocracia não pode ser aplicada em uma sociedade onde permanecem desigualdades históricas. A falácia da meritocracia é constatada quando pesquisas mostram que os negros têm menor escolaridade e menores salários que os brancos (CACCIAMALI; HIRATA, 2005), logo dizer que todos os candidatos de um processo seletivo estão em situação de igualdade é desconsiderar todas as dificuldades enfrentadas por minorias. Este posicionamento se repete em outro comentário:

“Estuda e entra, simples, nada contra negros, mas esse "vitimismo" não cola mais, daqui um dia vai ter cota para o público gls.” (Homem 4, comentários)

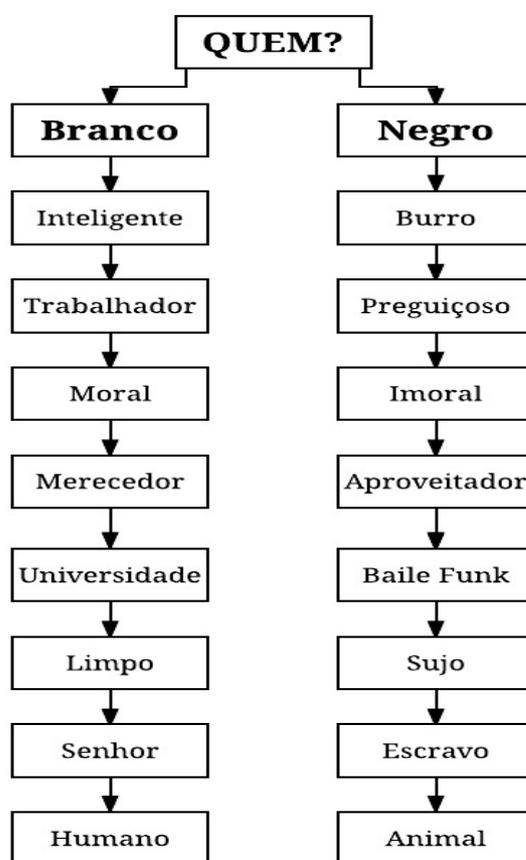
Observa-se que há a transferência do problema da ausência de negros nas universidades para os próprios negros, como se eles fossem culpados por suas próprias desgraças, carregando, assim, a característica de distanciamento dos problemas sociais, transferindo para a minoria a responsabilidade de lidar com seus problemas, como ressaltado por Van Dijk (1989) e Miranda et al. (2020). A discordância com a necessidade de cotas para reparar danos históricos é evidente no segundo trecho na qual, primeiramente, o enunciador tenta amenizar e validar sua argumentação. Ao utilizar a expressão “nada contra negros”, e, posteriormente, por meio da conjunção adversativa “mas”, que possui a função de negação aparente na ACD, negando a primeira frase (VAN DIJK. 1992) evidencia uma posição contrária à utilização das cotas, como se as interpretasse como algo banal e sem motivo real. O trecho “daqui um dia vai ter cota para o público gls”, foi usado, ironicamente, com o intuito de reforçar a banalização das cotas para negros. Também evidencia a falta de entendimento sobre as condições específicas da construção social das minorias, nesse caso o autor do

comentário, homem 4, coloca negros e o público LGBTTT como minorias homogêneas, desconsiderando as diversidades e heterogeneidades de tais minorias. A questão da homogeneidade entre as pessoas, baseada no discurso de igualdade, será tratada a seguir.

4.4 Síntese das categorias analisadas: identidades construídas para brancos e negros

A partir da análise do corpus e das categorias que emergiram durante o processo de análise, percebeu-se a construção de identidades para brancos e negros, as quais são apresentados na figura 1.

Figura 1 – Identidades construídas para brancos e negros nos discursos analisados



Fonte: Elaboração a partir da pesquisa realizada

O conceito de “lugar de negros” e “lugar de brancos” permanece bem definido nas falas e comentários analisados. É evidente que a noção de “espaço” dos negros está muito presente nos discursos por meio da relação entre negros e espaços de imoralidade, subalternidade e não acadêmicos.

As identidades construídas para negros e brancos são, em partes, reflexo de uma sociedade que, em um passado não tão distante, acreditava na diferença biológica entre negros

e brancos (SCHWARCZ 2012). As identidades construídas foram, em alguns momentos, justificativa para discursos violentos nos comentários, nos quais os enunciadores fizeram alusão à repressão policial contra negros e aos meios de punição utilizados na época da escravidão, caracterizando a permanência explícita de pensamentos violentos contra negros, que podem, conseqüentemente, se tornarem atos reais na sociedade. Uma das problemáticas acerca dessas manifestações está no fato de que elas podem tomar força na sociedade, em algum momento, a ponto de serem legitimadas por grupos, pois a internet é um meio através do qual os indivíduos buscam pessoas que compartilham das mesmas crenças e opiniões.

As identidades construídas também refletem noções da expressão do racismo na sociedade brasileira, pois percebe-se, por meio da figura 1, a clara hierarquização racial, quanto à atribuição de valores e percepções construídas socialmente como positivas (inteligente, trabalhador, moral, merecedor, universidade, limpo, senhor e humano) para brancos e negativos (burro, preguiçoso, imoral, aproveitador, baile funk, sujo, escravo, animal) para negros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise dos discursos produzidos em um vídeo divulgado em uma rede social e seus respectivos comentários contrários às políticas de cotas, foi possível perceber que pensamentos e discursos racistas estão ainda muito presentes na sociedade e podem se manifestar em diferentes meios, como nas redes sociais, contexto desta pesquisa.

Este trabalho evidenciou como a ideia de “espaço de negros” ainda está muito presente na sociedade, mesmo que de maneira implícita. Alguns comentários apresentaram essa ideia também de forma mais explícita, indicando que os negros em uma universidade, no caso do vídeo, não estão em um ambiente que lhes pertence e que devem ocupar locais construídos socialmente como pertencentes a eles. Nesse sentido, o espaço intelectual ainda é enxergado como pertence da elite social, em especial, a branca, a qual, por meio do mito da igualdade, se recusa a aceitar que as desigualdades raciais existem e devem ser problematizadas, discutidas e combatidas.

Outro elemento que se mostrou latente foi a crença de que o negro e o branco têm as mesmas oportunidades e que o racismo e as desigualdades históricas não são questões relevantes para a discussão da ausência de negros nas universidades, atribuindo a eles a culpa por este fato.

A discussão sobre discursos contrários às cotas raciais reflete, também, o posicionamento de parte da sociedade acerca de cotas raciais. Nesse sentido, esta pesquisa contribui para uma discussão maior que são as Políticas de Promoção da Igualdade Racial que se expandiram nos últimos anos, principalmente, no contexto da educação. A abordagem teórico-metodológica usada também contribui para abrir caminho para posteriores pesquisas, pois mostrou que a internet é um espaço público que possibilita a disseminação de opiniões, muitas vezes, não expressadas em outros meios. A visibilidade dada aos discursos em um ambiente ainda pouco explorado (a internet) mostra a necessidade, cada vez maior, de discussão sobre racismo e discriminação racial. Essa é uma das contribuições desta pesquisa.

Sugere-se que pesquisas posteriores busquem entender qual é o posicionamento de alunos de universidades públicas e particulares sobre a política de cotas, visto que se espera que haja diferenças entre ambas. Outra possibilidade seria uma investigação mais aprofundada sobre o fenômeno que considere, também, a caracterização do perfil social de estudantes que são contra e a favor das cotas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BRASIL. Lei nº12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 20 abr. 2015.

CACCIAMALI, M. C.; HIRATA, G. I. A influência da raça e do gênero nas oportunidades de obtenção de renda - uma análise da discriminação em mercados de trabalho distintos: Bahia e São Paulo. **Estudos Econômicos**, v. 35, n. 4, p. 767-795, out./dez. 2005.

CAMINO, L. *et al.* A. Repertórios discursivos de estudantes universitários sobre cotas raciais nas universidades públicas brasileiras. **Psicologia & Sociedade**, n. 26, p. 117-128, 2014.

CONCEIÇÃO, E. B. A negação da raça nos estudos organizacionais. In: ENANPAD, 33., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Anpad, 2009. p. 1-16.

CRANDALL, C. S.; ESHLEMAN, A. A Justification-Suppression Model of the expression and experience of prejudice. **Psychological Bulletin**, v. 129, n. 3, p. 414-446, 2003.

DAMATTA, R. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DOMINGUES, P. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. **Revista Brasileira de Educação**, n. 29, p. 164-177, mai./jun./jul./ago. 2005.

FUVEST. Fundação Universitária para o Vestibular. **Estatísticas: questionário de avaliação socioeconômico – Vestibular 2015**. Disponível em: <<http://www.fuvest.br/estat/qase.html?anofuv=2015&tipo=2&fase=4>>. Acesso em: 17 de nov. 2016.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

GOMES, M. V. P.; ROSA, A. R. Formação social e movimentos sociais: o mito da democracia racial e as políticas públicas no Brasil. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 13, n. 52, jan./jun. 2008.

GUIMARÃES, A. S. A. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de Antropologia**, v. 47, n. 1, p. 09-43, 2004.

GUIMARAES, A. S. A. Formações nacionais de classe e raça. **Tempo social**, São Paulo, SP, v. 28, n. 2, p. 161-182, 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **A janela para olhar o país**. 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000024052411102015241013178959.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2016, 146 p.

JESUS, S. O negro na educação brasileira. **Revista Vozes dos Vales**, ano 1, n. 01, mai. 2012.

LOPES, L. P. M. **Identidades fragmentadas**: a construção discursiva da raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

MACHADO, C. P. A designação da palavra *preconceito* em dicionários atuais. **Sínteses**, v. 13, p. 198-215, 2008.

MIRANDA, A. R. A. *et al.* Isso já está superado!: A justificação do preconceito no setor bancário. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Brasília, DF, v. 20, n. 1, p. 947-955, 2020.

MONTEIRO, S. S. *et al.* É inerente ao ser humano! A naturalização das hierarquias sociais frente às expressões de preconceito e discriminação na perspectiva juvenil. **Revista de Saúde Coletiva**, v. 24, n. 2, p. 421 – 440, 2014.

NASCIMENTO, M. C. R. *et al.* Com que roupa eu vou pro shopping que você me convidou? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 19, p. 245-268, out./2015

NETO, A. R.; ANGELUCI, C. A. **A internet alheia aos direitos de personalidade: uma terra sem lei?** Encontro de Iniciação Científica das Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo”, v. 9, n. 9, 2013.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, v. 1, n. 3, 1996.

NEVES, P. S. C.; LIMA, M. E. O. Percepções de justiça social e atitudes de estudantes pré-vestibulandos e universitários sobre as cotas para negros e pardos nas universidades públicas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 17-38, jan./abr. 2007.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social**, v. 19, n. 1, p. 287-308, nov. 2006.

ORTEGAL, L. Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, SP, n. 133, p. 413-431, 2018.

PEARSON, A. R. *et al.* The nature of contemporary prejudice: insights from aversive racism. **Social and Personality Psychology Compass**, 3, p. 314-338, 2009.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. São Paulo: Schwarcz, 1995.

ROSA, A. R. Relações raciais e estudos organizacionais no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 18, n. 3, p. 240 – 260, mai./jun. 2014.

SALVATO, M. A.; SOUZA, P. F. L. Decomposição hierárquica da desigualdade de renda brasileira. In: **Encontro Nacional De Economia**, Xxxvi, 2008, Salvador.

SANSONE, L. Nem somente preto ou negro: o sistema de classificação racial no Brasil que muda. **Afro-Ásia**, v. 18, 1996, p.165-187.

SCHWARCZ, L. M. Racismo no Brasil: quando a inclusão combina com exclusão. In: BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (Orgs.). **Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 430-443.

SCHWARCZ, L. M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira**. Ed.1. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

TEIXEIRA, J. C. *et al.* “A bichinha é safadinha”: o imaginário social sobre a empregada doméstica refletido em músicas brasileiras. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 8., 2014, **Anais...** Gramado: Anpad. 2014. p. 1-16.

VAN DIJK, T. A. Structures and strategies of discourse and prejudice. In: VAN OUDENHOVEN, J. P.; WILLEMSSEN, T. M. (Eds.). **Ethnic minorities**. Amsterdam/Lisse: Swets & Zeitlinger, 1989, p. 115-138.

VAN DIJK, T. A. Discourse and the denial of racism. **Discourse and Society**, v. 3, p. 87-118, 1992.

VAN DIJK, T. A. Analyzing racism through discourse analysis. In: DENNIS, R. M.; STANFIELD, J. (Eds.). **Race and ethnicity in Research Methods**. Newbury Park, CA: Sage, 1993. p. 92-134.

VAN DIJK, T. A. Aims of Critical Discourse Analysis. **Japanese Discourse**, v. 1, p. 17-27, 1995.

YOUTUBE. A intolerância de um movimento. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P0qAvA8tDOc>.

ⁱ <https://oglobo.globo.com/sociedade/estuda-entra-aqui-na-universidade-ninguem-esta-impedindo-diz-aluno-da-usp-durante-discussao-sobre-cotas-raciais-15651135>

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

SAPAIO, J. M; MIRANDA, A. R. A; JUNHO, F. T. JUNHO “Estuda e Entra”: Uma Análise dos Discursos Contrários às Cotas Raciais em Universidades. **Rev. FSA**, Teresina, v.17, n. 10, art. 8, p. 147-166, out. 2020.

Contribuição dos Autores	J. M. Sapaio	A. R. A. Miranda	F. T. Junho
1) concepção e planejamento.	X	X	
2) análise e interpretação dos dados.	X	X	
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X	